

**5o Seminário Discente do PPGS/USP**

**GT 8**

**Teoria social, teoria sociológica e teoria crítica**

**O conflito social entre Marx e Polanyi: abordagens recentes a uma  
síntese difícil**

**Ricardo Framil Filho**

**2019**

## **O conflito social entre Marx e Polanyi: abordagens recentes a uma síntese difícil**

Nos últimos anos, diferentes versões de uma síntese teórica entre as perspectivas de Karl Marx e de Karl Polanyi sobre o conflito social têm subsidiado importantes trabalhos. Em geral, o procedimento foi orientado por aquilo que Chin e Mittelman (2000) chamaram de uma “ampliação do enfoque conceitual sobre diferentes formas de resistência”, isto é, com o protagonismo crescente de novas expressões de contestação, buscou-se combinar uma teoria marxista das lutas de classes com a tese polanyiana do “duplo movimento”, que prevê o surgimento de reações ao processo de mercadorização do trabalho, do dinheiro e da natureza, para interpretar os movimentos sociais contemporâneos. Neste trabalho, um esboço reduzido de um capítulo elaborado em meio à condução de pesquisa de doutorado, comento as contribuições de dois autores centrais para esse procedimento teórico: Michael Burawoy e Nancy Fraser.

Tendo em conta as ambições limitadas destes comentários, não me preocupei em criticar as interpretações feitas pelos próprios autores acerca de suas referências, o que demandaria um mergulho mais profundo nas obras mobilizadas. Assim, esforcei-me para reproduzir os argumentos tal como apresentados, de “segunda mão”. Ainda assim, é conveniente enfatizar que, dado o desequilíbrio que prevalece na produção ontológica sobre a obra de Marx e de Polanyi, o primeiro tendo sido muito mais estudado, há uma situação algo paradoxal. A despeito do peso incomparável de sua obra, é menos incômodo apresentar versões simplificadoras de argumentos de Marx, cuja obra é mais conhecida, do que da teoria do duplo movimento de Polanyi, cuja redução excessiva pode prejudicar de forma mais direta a compreensão da riqueza de sua obra. Quanto a isso, não encontrei aqui uma solução e, assim, remeto o leitor a obras como a de Gareth Dale (2010), que lidou com as minúcias da obra de Polanyi com mais competência do que eu seria capaz.

## A síntese teórica entre Marx e Polanyi

Nos marcos das preocupações deste trabalho, destacam-se as contribuições de dois pensadores, que levaram mais longe do que quaisquer outros a reflexão acerca das possibilidades e dos limites da síntese teórica entre Marx e Polanyi: a proposta pioneira de Michael Burawoy (2003) e o trabalho posterior de Nancy Fraser (2017a). Burawoy propõe a revitalização do pensamento marxista por meio de “ideias sociológicas”, o que o leva à fundação de um “Marxismo Sociológico” (capitalizado, em seu trabalho, para indicar um novo paradigma); já Fraser propõe a construção de uma “teoria crítica do capitalismo” que se orienta pela análise multidimensional da *crise*. Para além das ênfases particulares a cada um dos trabalhos, trata-se de teorias que compartilham em grande medida objetivos, procedimentos e conclusões; o que, acredito, permite um tratamento conjunto e comparativo.

Para que não se perca de vista o que considero a principal fissura entre as duas teorias, é conveniente destacar que elas adotam posturas ligeiramente distintas no que diz respeito ao procedimento de síntese. Enquanto Burawoy propõe a *correção* de “fraquezas”, Fraser sugere a *superação* de “pontos cegos”. Ainda que seja um detalhe, essa diferença revela disposições relevantes dos autores. O procedimento de Burawoy propõe uma síntese mais difícil, em que conclusões equivocadas estabelecidas nos marcos de um paradigma são completamente substituídas por alternativas mais convincentes encontradas em sua contraparte. Classifico a teoria de Burawoy, assim, como uma *síntese seletiva*. Fraser, por outro lado, privilegia uma articulação mais permeável à diversidade conceitual, por meio do que chamo de *síntese eclética*. Com isso não quero sugerir, porém, que lidamos com um ecletismo vulgar. Pelo contrário, Fraser introduz soluções sofisticadas para as oposições enfatizadas pela primeira abordagem, o que passa pela sugestão de uma articulação teórica desde o que ela chama de “nível estrutural”, e assim, concluo que ela propõe uma *síntese eclética-estrutural*.

Em termos gerais, argumento que a teoria de Fraser pode ser lida como uma sofisticação ou atualização da proposta original de Burawoy, ainda que isso não tenha sido um objetivo declarado da autora e que não ela não chegue, tampouco, a uma

superação definitiva da síntese seletiva. Pelo contrário, o argumento central deste trabalho é que as oposições enfatizadas por Burawoy continuam a ser o desafio central para o diálogo teórico entre Marx e Polanyi. Muito embora seja inoportuno que não tenhamos à nossa disposição soluções prontas para esses impasses conceituais, acredito que, mais do que poderia oferecer uma teoria fechada, os trabalhos mobilizados sugerem problemas fundamentais para a investigação sociológica.

### *Michael Burawoy e a síntese seletiva*

Michael Burawoy (2003, p. 198) adotou um ponto de partida relativamente convencional: a crítica do reducionismo econômico de certas versões do marxismo, defeito que ele pretende corrigir por meio do recurso a “ideias sociológicas”. Ele encontra os antecedentes dessa abordagem nas obras de Antonio Gramsci e Karl Polanyi que, por caminhos diferentes, teriam introduzido a noção de “sociedade” como “uma inovação teórica para lidar com a longevidade do capitalismo, a sua recusa em sucumbir às leis que Marx havia estabelecido”. Nesse sentido, Burawoy destaca três conclusões prévias em que Gramsci teria se apoiado: (1) não há crise final e necessária do capitalismo; (2) a luta de classes não se intensifica de forma automática; (3) o capitalismo não cria, de forma espontânea e natural, as condições suficientes para a sua superação e, portanto, o sucesso da política contra-hegemônica depende de condições específicas e historicamente contingentes, tanto nacionais quanto internacionais. Lidamos, assim, com contrapontos bem conhecidos às versões economicistas, mecânicas ou teleológicas da teoria marxista.

Partindo dessa tríade, Burawoy opera três vezes um mesmo procedimento: ele parte de um “erro” do “marxismo clássico”, procede a uma crítica gramsciana e, por fim, introduz um complemento polanyiano, o que produz três grandes sínteses que formam o esqueleto de sua teoria. Por esse caminho, a versão original da teoria, publicada na forma de um longo ensaio, passa por uma ampla gama de questões e (1) analisa as características e os processos que originaram as sociedades contemporâneas; (2) apresenta uma teoria dos fundamentos estruturais dos conflitos sociais no

capitalismo avançado, o que leva a uma interpretação dos movimentos sociais orientada pelas noções de “hegemonia” e “contra-hegemonia”; e por fim (3) sugere, de forma cautelosa, uma possível aplicação dessa teoria para interpretar as resistências sociais em desenvolvimento ao redor da virada do século, o que sugere um esboço da tese da “globalização contra-hegemônica”. Nesta breve revisão, estou preocupado principalmente com o segundo argumento e, em alguma medida, com o terceiro; mas, para que eles sejam compreensíveis, comento brevemente os fundamentos do primeiro.

De partida, Burawoy faz uma leitura da obra de Gramsci que acompanha argumentos tradicionalmente consagrados, o que nos permite abrir mão de uma apresentação detalhada. Trata-se de uma teoria da tradução da posição estrutural (ou econômica) das classes em poder político apoiada no conceito de hegemonia. Segundo Burawoy, é a partir dela que Gramsci chega à noção de “sociedade”, o que, em sua obra, é *sociedade civil*. No pensamento gramsciano, a hegemonia é organizada por um complexo de instituições, o que ele vê como uma extensão do Estado: sindicatos, associações, escolas, isto é, organizações dos mais diversos tipos que permitem, ao mesmo tempo, organizar politicamente as classes e acomodar interesses antagônicos. Burawoy destaca que a relação da sociedade com o Estado é contraditória, pois, “por um lado, a sociedade civil colabora com o Estado para conter a luta de classes; por outro, a sua autonomia em relação ao Estado pode promover a luta de classes”<sup>1</sup>.

Até este ponto, não há grandes novidades. Burawoy amplia o repertório analítico, porém, ao buscar no trabalho de Karl Polanyi uma teoria das *origens* da “sociedade” descoberta por Gramsci. Em sua opinião, muito embora Gramsci tenha identificado com precisão as funções políticas da sociedade civil, ele não teria se indagado sobre os processos que levaram à sua formação. Ao introduzir os conceitos de Polanyi, Burawoy novamente lança mão de uma leitura pouco controversa. Em suma, ele diz o economista investigou as consequências do avanço desregulado do mercado, que gera deslocamentos e tensões sociais, fenômeno que é especialmente relevante no que diz respeito a três “mercadorias fictícias”: o trabalho, o dinheiro e a terra (ou a natureza). Elas são “fictícias” porque, embora sejam tratadas como mercadorias, não são

---

<sup>1</sup> Idem.

originalmente produzidas para a troca e, portanto, possuem uma existência externa ao mercado, isto é, a sua (re) produção é inseparável de outras esferas da vida humana, social e natural. Nos termos marxistas utilizados por Burawoy, o seu “valor de uso” é prejudicado pela submissão à lógica da troca. O trabalho não pode ser dissociado dos seres humanos que o realizam, a terra não pode ser separada da natureza e o dinheiro é um meio para facilitar as trocas de outras mercadorias, não dele próprio. O processo de mercadorização fictícia<sup>2</sup> degrada a condição dos trabalhadores, tem efeitos negativos sobre o meio ambiente e a agricultura, além de gerar crises monetárias e financeiras. Surge, assim, a dinâmica do “duplo movimento”: uma resposta da sociedade em busca de proteger-se da imposição da ficção do mercado. Os trabalhadores e sindicatos, que lutaram por uma legislação trabalhista que os protegesse da condição de mercadoria, além dos direitos democráticos que permitiram consolidar essas proteções, são o exemplo clássico desse “contra-movimento”.

Burawoy diz que a dinâmica identificada por Polanyi, que leva à emergência da *sociedade ativa*, explica os processos que originaram aquilo que Gramsci chamou de sociedade civil. Eis, portanto, os fundamentos da síntese entre as duas teorias. Gramsci e Polanyi teriam se debruçado sobre um mesmo fenômeno, a “sociedade”, por meio de perspectivas convergentes e complementares:

De um lado, o mercado tende a destruir a sociedade, mas, de outro, a sociedade (re)age para se defender e para subordinar o mercado. Polanyi frequentemente se refere à sociedade como possuidora de uma realidade própria, agindo em seu próprio benefício, enquanto Gramsci entende a sociedade civil como um terreno de luta. Para ambos, porém, a “sociedade” ocupa um espaço institucional específico dentro do capitalismo, entre a economia e o Estado, mas enquanto a “sociedade

---

<sup>2</sup> Utilizo aqui “mercadorização” como tradução de “*commodification*”. Quando se trata da obra de Karl Polanyi, não há diferença entre essa forma e outras traduções como “comodificação” ou “comoditização”. Ocasionalmente, porém, encontramos a tradução “mercantilização”, que pode se confundir com outra noção: “*marketization*”. Muito embora os usos que Polanyi faz desses conceitos nem sempre sejam exatamente precisos, essa expressão é utilizada, em geral, para se referir ao processo mais geral de expansão do mercado. Assim, reservamos a expressão “mercantilização” para designar essa dimensão do fenômeno. Sumariamente, a mercantilização (isto é, a expansão do mercado) produz processos de mercadorização fictícia (ou seja, a transformação de trabalho, terra e dinheiro em mercadorias).

civil” transborda para o Estado, a “sociedade ativa” interpenetra o mercado.<sup>3</sup>

Essas conclusões sobre as “origens” das “sociedade” implicam uma ruptura fundamental no que diz respeito aos fundamentos dos conflitos sociais sob o capitalismo. Burawoy recorre a Polanyi pois acredita que Gramsci não teria desenvolvido uma boa teoria das experiências capazes de fundamentar a *contra-hegemonia*. Não é a minha intenção aferir a correção desse julgamento, o que nos levaria, por exemplo, à interpretação gramsciana dos momentos da formação da hegemonia. O central é que, na opinião de Burawoy, a “ideologia produtivista” associada à experiência da produção é demasiado limitada para agregar o apoio de forças sociais amplas, capazes de exercer uma política propriamente hegemônica. Assim, “a produção não pode mais ser vista, se é que algum dia pôde, como a fundação de alguma forma de contra-hegemonia”<sup>4</sup>:

Gramsci estabelece um argumento convincente de que a acumulação baseada nas relações capitalistas de produção é a base material da hegemonia capitalista, mas erra ao pensar que a produção, ou pelo menos a experiência da produção, pode também oferecer a base da contra-hegemonia<sup>5</sup>.

Ora, a teoria de Karl Polanyi indica, precisamente, que a emergência da “sociedade” esteve ligada a outro tipo de experiência: aquela que resulta de processos de *mercadorização fictícia*. Nesse argumento, Burawoy encontra uma fundamentação mais plausível para uma “contra-hegemonia” definida em termos gramscianos, isto é, uma política alternativa capaz de sensibilizar diferentes classes. De fato, essa é a lógica fundamental do “duplo movimento” de Karl Polanyi. N’*A Grande Transformação*, o economista insiste que a “ênfase nas classes é importante” e passa, então, a descrever os diferentes interesses dos proprietários de terra e dos camponeses; dos trabalhadores e da “classe média” burguesa, que derivam tanto de sua posição na organização produtiva quanto de papéis sociais historicamente estabelecidos e culturalmente aceitos. Os

---

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Ibid, p. 230.

<sup>5</sup> Ibid, 231.

burgueses foram os protagonistas da “economia de mercado nascente” e, assim, a força da política liberal derivou do fato de que seus interesses coincidiam com o “interesse geral no que diz respeito à produção e ao emprego; se os negócios iam bem, havia a probabilidade de empregos para todos e de rendas para os proprietários” (POLANYI, 2001, p. 138-139). Essa situação, porém, poderia ser ameaçada tanto pelas crises inerentes à economia de mercado quanto pelos deslocamentos causados pela mercantilização em outras esferas da vida social e natural:

As classes comerciais não eram capazes de perceber os perigos que envolvem a exploração da força física do trabalhador, a destruição da vida familiar, a devastação das vizinhanças, o desnudamento das florestas, a poluição dos rios, a deterioração dos padrões artesanais, a perturbação dos costumes e a degradação geral da existência, incluindo a habitação e as artes, bem como as inúmeras formas de vida privada e pública que não afetam os lucros. As classes médias cumpriram sua função por meio de uma crença quase sacramental nos benefícios universais dos lucros, mas isso os descredenciou a defender outros interesses tão vitais para uma boa vida quanto o avanço da produção. Nisso residia a chance das classes que não se engajavam na aplicação na produção de máquinas custosas, complicadas ou específicas. [...] Em um momento ou outro, cada classe social se levantou, mesmo que inconscientemente, por interesses mais amplos do que os seus próprios.<sup>6</sup>

Subjaz à “ampliação do enfoque conceitual” sobre diferentes formas de resistência, assim, um argumento mais geral sobre a afinidade entre interesses diversos que, potencialmente, podem convergir em uma política comum capaz de oferecer uma alternativa às políticas de mercado. Burawoy (2003, p. 231) reconhece que, caso se adote essa perspectiva, torna-se necessária a reflexão sobre o seu “caráter de classe”. “Pode a classe trabalhadora, seja como for entendida, constituir a força hegemônica [na organização da contra-hegemonia]?”, indaga. Muito embora essa questão fique em aberto nessa contribuição inicial, mais tarde Burawoy deixaria claro que as suas conclusões têm consequências importantes para a sociologia do trabalho e dos movimentos sociais. Ao revisitar uma de suas obras mais conhecidas, *Manufacturing Consent*, ele argumenta:

O mais provável é uma coalizão de forças que estão pautadas não tanto na produção e na exploração (que está se convertendo num privilégio

---

<sup>6</sup> Idem.



no mundo moderno), senão na experiência de mercado e na mercadorização. Os estudos sobre o trabalho deverão, portanto, distanciar-se da esfera da produção para abordar a comoditização da natureza através de sua despossessão, da gestão do dinheiro pela dívida e da substituição da aquisição de conhecimentos pela fetichização dos diplomas. (BURAWOY, 2017, p. 98)

Teorizar as classes em termos de *mercado* ou *produção* não é um problema novo, mas questão que divide a teoria social desde as tradições clássicas da sociologia. Burawoy ilumina esse debate por meio de um argumento original. As minúcias da evolução de suas impressões sobre a experiência operária mereceriam um estudo mais profundo de sua obra, marcada pela investigação etnográfica do trabalho fabril. Por ora, é suficiente estabelecer que a contribuição de Burawoy foi fundamental para o desenvolvimento teórico da síntese entre Marx e Polanyi porque insistiu em uma abordagem que, ao enfatizar os riscos de uma análise eclética, enfrentou as incompatibilidades entre os dois paradigmas e não tomou como pressuposto uma convergência automática entre movimentos, para utilizar sem muito rigor a terminologia sugerida por Silver (2003), de “tipo Marx” e de “tipo Polanyi”.

A importância dessa quebra nem sempre foi plenamente apreciada por autores que se inspiraram em sua teoria, o que levaria a polêmicas e desencontros. Em alguma medida, isso resultou de um exercício de “otimismo polanyiano” sugerido pelo autor para interpretar os movimentos sociais contemporâneos:

É possível detectar um retorno à primeira reação ao mercado de Polanyi, isto é, a autodefesa espontânea da sociedade. Mas agora a autodefesa tem um caráter transnacional, conectando organizações não-governamentais (ONGs), movimentos ambientalistas, movimentos de mulheres, redes trabalhistas - um verdadeiro público transnacional destinado a proteger os cidadãos da devastação do mercado. (BURAWOY, 2003, p. 240)

Muito embora o ensaio tenha insistido que esses argumentos deveriam ser contrabalanceados pelo “pessimismo gramsciano”, a imagem de um contramovimento de caráter transnacional foi influente sobre estudiosos do trabalho e do sindicalismo que, no contexto da globalização, buscavam associar movimentos trabalhistas, como aqueles que fundamentaram a tese do “novo internacionalismo operário”, aos

movimentos de contestação à globalização (WEBSTER, 2010). O próprio Burawoy, porém, criticou duramente essa leitura de sua teoria:

Entre os mundos alternativos do internacionalismo e do contra-movimento há uma *tensão inexplorada*. Por um lado, há o projeto marxiano de internacionalismo operário que tenta conectar classes trabalhadoras nas fábricas, localidades, nações, regiões e no mundo. Por outro, há o esquema polanyiano que une participantes de um contra-movimento contra a mercadorização da terra, do dinheiro e do trabalho, um contra-movimento baseado na experiência do mercado como distinta da experiência da produção. Mas qual é a experiência mais saliente - a exploração que potencialmente unifica trabalhadores como assalariados através das fronteiras geográficas ou a mercadorização que unifica trabalhadores, camponeses expropriados, pessoas lutando pelo acesso a água e eletricidade? A posição em relação a essa questão - exploração versus mercadorização - ditará a estratégia ser seguida: a construção de alianças de trabalhadores através das fronteiras nacionais ou alianças locais entre aqueles que sofrem com a mercadorização. (BURAWOY, 2010, p. 306-307)

Da ênfase nas incompatibilidades teóricas entre os dois paradigmas, portanto, derivam uma série de oposições binárias: Marx versus Polanyi; Exploração (produção) versus mercadorização (mercado); transnacional versus local; internacionalismo operário versus construção de alianças com outros atores. Essas oposições, é claro, são teóricas e, mesmo nesse campo, não são insuperáveis. Não obstante, elas devem ser levadas em conta e Burawoy foi um crítico contundente de uma síntese eclética e direta entre as teorias de Marx e de Polanyi.

#### *Nancy Fraser e a síntese eclética-estrutural*

Nos últimos anos, a teórica Nancy Fraser (2017a), conhecida por suas contribuições ao feminismo, à filosofia da justiça e à teoria social em geral tem se dedicado a desenvolver uma abordagem teórica que parte de pressupostos muito próximos aos que fundamentam a proposta de Michael Burawoy. Sumariamente, Fraser argumenta que a crítica de Marx à economia política revelou a “morada oculta da produção”, descoberta teórica fundamental, mas considera que, para superar as limitações dessa tradição, seria preciso olhar para o que há “por trás dessa narrativa

principal”. Ela propõe uma teoria crítica do capitalismo que não o reduza às suas estruturas econômicas, o que deve levar a “concepção expandida de capitalismo”. Na primeira versão dessa crítica, a ampliação conceitual operada por Fraser recorre a contribuições diversas, como a análise da “espoliação” desenvolvida por David Harvey (2003) e o conceito original de “lutas fronteiriças”, noção que ocupa lugar de destaque na teoria da autora. O trabalho de Karl Polanyi é mencionado apenas de passagem e sem grandes consequências. Aos poucos, porém, os conceitos estabelecidos n’A Grande Transformação assumiram importância fundamental em sua obra, o que a levou a concluir que “dois Karls são melhores do que um” e, desde então, Fraser passou a apresentar a sua teoria como uma síntese entre os dois paradigmas (FRASER, 2014).

Fraser introduz elementos novos, mas segue, em linhas gerais, o percurso antes trilhado por Burawoy. Ela parte de uma crítica às versões “economicistas” da teoria marxista e sugere que “embora os dois paradigmas sejam comumente vistos como antagônicos e mutuamente excludentes, eles na realidade são complementares”, o que tornaria possível “combinar as duas visões, preservando as suas intuições e corrigindo os seus pontos cegos”. A autora privilegia a coerência interna de sua própria teoria original em detrimento de uma fidelidade intransigente aos conceitos mobilizados, no que ela reconhece fazer um uso relativamente flexível das fontes teóricas, o que pode, ocasionalmente, trair as intenções originais dos autores. Nesse sentido, classifico a sua contribuição como uma “síntese eclética”.

Muito embora Fraser rejeite deliberadamente as dicotomias, ela reproduz o procedimento de Burawoy, pelo menos como forma de organizar a análise, ao desenhar uma linha divisória que recorta toda a análise. De um lado, temos o que ela chama de momento “estrutural”, que diz respeito às contradições e tendências à crise do capitalismo (nos termos de Burawoy, o que seria associado principalmente à “hegemonia”); de outro, há o nível da “ação social”, constituído pelas “respostas dos atores sociais às suas experiências das contradições do capitalismo”, isto é, algo próximo do que Burawoy chama de “contra-hegemonia”. Acredito que o trabalho de Fraser também pode ser lido como uma tentativa de abordar a relação entre a

“hegemonia” e a “contra-hegemonia”, embora ela utilize o léxico gramsciano com mais parcimônia.

Ao contrário do que se passa na “síntese seletiva”, Fraser não privilegia um ou outro paradigma teórico em cada um dos níveis da análise. As duas teorias são combinadas internamente em cada um deles, articulação que, ao “nível estrutural”, é operada pelo conceito de *crise*. Em relação a isso, a autora apresenta a posição marxista, de forma propositalmente simplificada, por meio da “queda tendencial da taxa de lucro”, ou seja, uma bem conhecida teoria da crise econômica que enfatiza as contradições no processo de acumulação do capital. Ela acompanha a crítica já mencionada de que Polanyi não teria prestado a devida atenção a esse fenômeno, mas argumenta que a perspectiva marxista não é incompatível com uma teoria da crise do capitalismo que, de forma reconhecidamente polêmica, ela encontra na obra de Polanyi. Ela nota que os processos de mercadorização fictícia que levam ao duplo movimento não apenas geram conflitos e reações sociais, mas também solapam, continuamente, as condições que permitiriam um funcionamento estável da economia de mercado. Segundo Fraser, uma aproximação entre os dois paradigmas é possível porque ambos lêem os impasses sociais “não como problemas desconectados, que surgem ao acaso, mas como expressões de tendências à crise fundamentadas na estrutura profunda de uma formação social que institucionaliza imperativos *contraditórios*”<sup>7</sup>.

O que ela sugere, assim, é uma reavaliação das contradições estruturais que caracterizam o capitalismo histórico, por meio da qual ela quer levar a análise a elementos que são frequentemente relegados ao segundo plano em relação às estruturas econômicas. Karl Polanyi, portanto, não é reservado ao “nível da ação social”, mas sua influência transforma fundamentalmente a definição das estruturas do capitalismo e a análise de suas tendências à crise:

Essa abordagem oferece enormes vantagens. Afastando o economicismo, ela trata a degradação ambiental e o deslocamento social como expressões não-acidentais de contradições profundas. Não mais expressões epifenomenais de disfunções econômicas “reais”, elas simplesmente são, por elas próprias, dimensões da crise capitalista. Com a mercadorização fictícia, assim, Polanyi

---

<sup>7</sup> Ibid, p. 5.

estabeleceu a base conceitual de uma teoria multidimensional da crise capitalista<sup>8</sup>.

A síntese de Fraser oferece um caminho para superar o ecletismo vulgar porque a “ampliação do enfoque conceitual” de inspiração polanyiana que ela opera não se resigna a descrever diferentes expressões de contestação, mas se apoia em uma articulação teórica que se dá desde o nível estrutural. Nesse sentido, podemos chamá-la também de *síntese estrutural*.

Ora, Burawoy optou pela seleção parcial de elementos de cada uma das teorias justamente porque identificou a incompatibilidade que emerge entre os dois momentos da análise no caso de uma síntese eclética direta: a raiz estrutural dos conflitos sociais oferecida pela teoria marxista das lutas de classes não corresponde aos fundamentos atribuídos à reação “contra-hegemônica” pela teoria do duplo movimento. Assim, é necessário fazer uma escolha. Para resolver essa inconsistência, Burawoy estabeleceu uma divisão entre duas lógicas distintas: a primeira é a lógica da hegemonia, que corresponde à tradução em poder político da posição estrutural-econômica da classe dominante (da economia: controle da produção: acumulação à sociedade e ao Estado); a segunda é a lógica da contra-hegemonia, baseada nos conflitos gerados pela mercadorização fictícia e que caracteriza as reações sociais à hegemonia (da economia: experiência da mercadorização: mercado à sociedade e ao Estado). O binômio formado pela decomposição da economia em “produção” e “mercado” permite preservar a coerência interna de cada um dos momentos da análise, mas tende a produzir uma série de oposições binárias.

Fraser, por outro lado, destitui de centralidade essa oposição fundamental porque, ao ampliar o que é considerado parte da “estrutura”, não privilegia a dicotomia entre a produção e o mercado, mas enfatiza outras divisões estruturais que, segundo ela, igualmente caracterizam as sociedades capitalistas. A autora diz que o capitalismo deve ser tratado como uma “ordem social institucionalizada” historicamente específica, cuja estrutura é marcada por um conjunto de “separações institucionais”. Lidamos, diz Fraser, não com uma economia capitalista, mas com uma *sociedade* capitalista. Ela

---

<sup>8</sup> Idem.

ênfatiza, assim, as condições políticas, sociorreprodutivas e naturais que permitem o funcionamento da economia capitalista. Nesse sentido, portanto, a teoria de Fraser acompanha quase que *ipsis litteris* os fundamentos do Marxismo Sociológico; mas o desenho que ela faz das estruturas do capitalismo vão além da tríade economia, Estado e sociedade estabelecida por Burawoy.

Ela diz que Karl Polanyi descreveu a contradição entre a economia (que se autonomiza de seu entorno social e ambiental) e a “sociedade” que, orientadas ao Estado de forma declarada ou não, produz a oposição entre o mercado e a proteção social. Fraser argumenta, porém, que a lógica do “duplo movimento” pode ser utilizada para lidar com outras divisões estruturais que correspondem às “condições de possibilidade” *sociorreprodutivas, políticas e naturais* das economias capitalistas. Nesse sentido, a autora identifica três “contradições inter-reino” que respondem a essa dinâmica: as relações entre (1) a *produção de mercadorias* e a *reprodução social*, que “estabelecem formas especificamente capitalistas de dominação masculina” ao mesmo tempo em que possibilitam a exploração capitalista da força do trabalho; (2) entre a *economia* e a *política* (“*polity*”), que retira matérias definidas como “econômicas” do âmbito de controle dos Estados nacionais e da intervenção democrática, o que passa pela relação entre o doméstico e o internacional e permite, por exemplo, que o capital se mova livremente através das fronteiras enquanto a regulação é restrita aos limites nacionais; e, por fim, (3) entre a *atividade humana* e a *natureza*, o que diz respeito ao impacto da economia capitalista sobre o meio ambiente. Segundo Fraser, essas estruturas são componentes fundamentais sem os quais a ordem social capitalista não poderia existir:

Falar do capitalismo como uma ordem social institucionalizada, cuja premissa são essas separações, é sugerir a sua imbricação não-acidental, estrutural com a opressão de gênero, dominação política - tanto nacional quanto transnacional, colonial e pós-colonial - e degradação ambiental; em conjunção, é claro com o seu primeiro plano igualmente estrutural, não acidental, da dinâmica de exploração do trabalho. (FRASER, 2014, p.67-68)

Essa três “separações institucionais”, portanto, dizem respeito às relações que a economia capitalista<sup>9</sup> estabelece com esferas sem as quais ela não poderia funcionar. Fraser chama a atenção para o fato de que embora o impulso à acumulação pressione continuamente pela submissão dessas esferas à lógica do mercado, isso nunca chega a ser realizado por completo: as sociedades não podem ser mercadorizadas “até o fim”, o que acompanha uma conclusão fundamental de Polanyi. Caso a lógica do mercado fosse capaz de dominar completamente as outras esferas que constituem a sociedade capitalista, a teoria da crise contida no duplo movimento perderia o sentido. Em outras palavras, é justamente porque isso não pode ser realizado que a economia capitalista estabelece relações inerentemente contraditórias com o seu entorno social e ambiental, o que leva a tensões e conflitos.

Desenvolvendo essas conclusões, Fraser busca uma superação do “espontaneísmo” da análise de Karl Polanyi e diz que as reações sociais não surgem como resultado de uma necessidade “funcional” de auto-defesa. Ela argumenta que “as zonas social, ecológica e política não refletem simplesmente a lógica da mercadoria, mas encarnam distintas gramáticas normativas e ontológicas delas próprias” e, portanto, oferecem alternativas à lógica da mercadoria. Sobre isso, Fraser considera:

Meu objetivo não é idealizar essas normatividades “não econômicas”, mas registrar a sua divergência com os valores associados ao primeiro plano do capitalismo: acima de tudo, o crescimento, a eficiência, a livre troca, a escolha individual, a liberdade negativa e o avanço meritocrático. Essa divergência faz toda a diferença em como conceitualizamos o capitalismo. Longe de gerar uma lógica de reificação única, completamente perversiva, a sociedade capitalista é normativamente diferenciada, abrangendo uma certa pluralidade de ontologias sociais distintas mas inter-relacionadas<sup>10</sup>.

Em suma, em sua versão da síntese entre Marx e Polanyi, não há uma única experiência da mercadorização, tampouco uma única “sociedade” que se levanta para resistir ao avanço dos mercados, mas um conjunto diverso de lógicas que fundamentam as reações às incursões da economia capitalista sobre diferentes esferas da vida social. É

---

<sup>9</sup> O que ela define em termos marxistas bastante usuais, isto é, como um sistema caracterizado pela propriedade privada, pela acumulação de valor auto-expansivo, por livres mercados de trabalho e de outros insumos.

<sup>10</sup> Idem.

importante enfatizar que, embora identifique essas zonas como espaços de contestação à lógica “hegemônica”, a autora diz que elas não são um resquício pré-capitalista, externas à sua estrutura, mas que estão intimamente conectadas ao capitalismo desde as suas origens e estabelecem com a economia uma relação de “simbiose”. Conseqüentemente, não se deve tomar as alternativas normativas à lógica da mercadoria como germes que necessariamente conspiram para uma política contestatória. Elas oferecem elementos que podem ser traduzidos politicamente de formas muito diferentes. Assim como a sociedade civil de Gramsci, elas podem promover tanto a contestação quanto o consentimento.

Chegamos, assim, ao nível da “ação social”. Neste ponto, o desafio continua a ser a combinação entre a teoria das lutas de classes e a teoria do duplo movimento. Como é possível intuir, muito embora a articulação prévia da dimensão estrutural sugira um tratamento mais sofisticado da questão, Fraser acompanha o argumento eclético de que a utilidade da síntese ora explorada deriva, fundamentalmente, do fato de que ela permite uma ampliação do enfoque conceitual sobre outros tipos de conflitos e lutas sociais que, de uma perspectiva marxista estrita, tendem a ser relegados ao segundo plano:

Enquanto Marx (supostamente) restringiu o conflito relevante para as crises às lutas entre capital e trabalho, que refletiam as contradições econômicas do sistema, Polanyi expandiu o conjunto de conflitos relevantes para as crises para englobar lutas extra-econômicas que respondem às incursões desestabilizadoras da economia na sociedade e na natureza. (FRASER, 2017a, p.6)

A articulação entre os dois níveis da análise se assenta no argumento de que as divisões institucionais capitalistas são persistentes, mas não imutáveis, isto é, o capitalismo assume características que resultam de uma história marcada por lutas sociais. Fraser diz que diferentes configurações do capitalismo, como o “capitalismo competitivo *laissez-faire*”, o “capitalismo monopolista administrado pelo Estado” e o “capitalismo neoliberal globalizante” podem ser vistos como “três formas historicamente específicas de demarcar a economia da política, a produção da reprodução e a natureza humana da não humana”. São importantes, assim, as



manifestações daquilo que ela chama de “lutas fronteiriças” (*boundary struggles*)<sup>11</sup>. Esse conceito foi originalmente desenvolvido sem fazer menção à obra de Karl Polanyi, mas, em trabalho recente, Nancy Fraser reavaliou a importância do autor para a sua teoria:

Não me dei conta disso até bem tarde, mas vejo agora que meu conceito de luta fronteiriça deve muito a Polanyi. Ele não usa esse termo, é claro, mas o seu “duplo movimento” se adequa precisamente à noção: trata-se de uma luta pela fronteira entre a “economia” e a “sociedade”. (FRASER, 2018, n.p.)

As “lutas fronteiriças” dizem respeito às disputas pela *existência, caráter e localização* das separações institucionais supramencionadas, por meio das quais os “atores se mobilizam para desafiar ou defender as fronteiras estabelecidas que separam a economia da política, a produção da reprodução e a natureza humana da não humana”. O objetivo dessas lutas é “relocalizar processos contestados no mapa institucional do capitalismo” em meio às quais os “sujeitos do capitalismo recorrem às perspectivas normativas associadas às diferentes zonas que identificamos”. Nesse sentido, ela considera que

Podemos ver isso acontecendo hoje. Por exemplo, certos opositores do neoliberalismo baseiam-se em ideais de cuidado, solidariedade e responsabilidade, associada à reprodução, a fim de se opor aos esforços de mercadorização da educação. Outros invocam noções de proteção à natureza e justiça entre gerações, associadas à ecologia, para lutar por uma transição para a energia renovável. Ainda outros invocam ideais de autonomia pública, associada à política, para lutar por regulações internacionais do capital e para estender o controle democrático para além do Estado. Essas demandas, ao lado das contra-demandas que elas inevitavelmente incitam, são a própria essência da luta social nas sociedades capitalistas - tão fundamentais quanto as lutas de classes em torno do controle da produção de mercadoria e da distribuição do valor excedentes que Marx privilegiou. Essas lutas fronteiriças, como eu as chamo, moldam decisivamente a estrutura das sociedades capitalistas. Elas jogam um papel constitutivo nos termos do capitalismo como uma ordem social institucionalizada. (FRASER, 2014, p. 68)

---

<sup>11</sup> Acompanhamos, por enquanto, uma tradução comumente adotada pela literatura em português. Nos termos da análise aqui desenvolvida, talvez uma expressão mais apropriada seria “lutas de demarcação”, isto é, uma luta cujo objeto são os limites específicos dessas divisões institucionais. Não se trata exatamente, portanto, de lutas que se dão *nas fronteiras*, mas de lutas que buscam deslocar as fronteiras.

A preocupação principal de Fraser, como é possível constatar, não é exatamente com o nosso dilema fundamental, isto é, as continuidades e descontinuidades entre as lutas de classes e o que ela chama de “lutas fronteiriças”, derivadas da mercadorização; mas a afirmação da centralidade e dos fundamentos igualmente estruturais dessas outras formas de luta social. Em suas palavras, as “lutas anticapitalistas” não são constituídas “apenas de lutas entre o capital e o trabalho no ponto da produção, mas também das lutas fronteiriças sobre a dominação de gênero, a ecologia, o imperialismo e a democracia”, lutas que “são tão fundamentais à sociedade capitalista, tão profundamente estabelecidas em sua estrutura institucional quanto a contestação acerca da taxa de exploração ou da distribuição da mais-valia”<sup>12</sup>. Não obstante, ao equiparar o estatuto estrutural dos fundamentos dos conflitos que geram essas diferentes formas de luta social, porém, ela oferece uma abordagem alternativa à relação entre elas.

Fraser diz que é um erro abandonar as lutas ligadas à exploração do trabalho, que seriam “endêmicas” às sociedades capitalistas. Ela argumenta que não é preciso abandonar as lutas de classe para incorporar as lutas de fronteira, já que as duas concepções são complementares, não antitéticas. Em suas palavras, tratar as lutas fronteiriças, assim como as lutas de classes, como “lutas dentro, ao redor e, em alguns casos, contra o próprio capitalismo” significa que “caso elas cheguem a entender a si próprias nesses termos” é concebível que elas “se unam e cooperem”<sup>13</sup>. Uma vez que essas lutas se orientam por conflitos que expressam contradições distintas e particulares, mas inerentes a uma mesma ordem social, torna-se concebível que elas sejam politicamente articuladas; movimento que, embora não seja necessário, é uma possibilidade política que deve ser considerada.

Por outro lado, é preciso reconhecer que Fraser não explorou com profundidade as tensões entre essas duas manifestações da contestação. Nos termos que ela estabelece as lutas de classes não são consideradas lutas fronteiriças, uma vez que respondem a contradições internas à economia capitalista. Assim, enquanto a síntese seletiva recorreu à divisão da economia em *produção* e *mercado* para preservar a coerência interna de cada um dos momentos da teoria; a proposta de Fraser flerta com uma síntese

---

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem.

inteiramente articulada, mas acaba por também se apoiar em uma dupla ontologia que recorta a análise. No seu caso, o que permite a coerência da teoria é a divisão da dimensão estrutural entre a economia capitalista, o que permite preservar a análise marxista da crise econômica e das forças sociais do trabalho, e as relações entre essa economia e as suas “condições de possibilidade” socio-reprodutivas, políticas e naturais, o que é capturado por uma sofisticação da teoria do duplo movimento. É revelador que Fraser, ainda que por um caminho distinto, tenha acabado por esbarrar no mesmo obstáculo teórico com que se deparou Burawoy, isto é, a articulação problemática entre duas formas de contestação que decorrem de cada uma das fontes teóricas:

Infelizmente, nenhum dos Karls oferece orientação sobre como integrar suas concepções. Nenhum deles se coloca a questão crucial: se sociedades capitalistas geram dois tipos diferentes, mas igualmente característicos de luta social, como elas se relacionam? A luta de classes é inerentemente antagônica à luta de fronteira, ou elas podem ser articuladas politicamente? Aqui, o trabalho de integrar as ideias dos dois Karls ainda está por concluir. (FRASER, 2017a, p. 7)

### **Notas de conclusão**

A contribuição pioneira de Michael Burawoy é fundamental para explorar a síntese teórica entre Marx e Polanyi porque, ao enfatizar as incompatibilidades teóricas entre os dois paradigmas, revela os riscos de um procedimento eclético. Nancy Fraser, por sua vez, sugere soluções criativas para os impasses em jogo. Em linhas gerais, ela acompanha o argumento eclético convencional: ainda que diferentes tipos de lutas sociais tenham fundamentos particulares, uma vez que estão ligadas a uma mesma raiz sistêmica ou estrutural, elas podem ser politicamente articuladas. Por meio da noção de “lutas fronteiriças”, porém, ela oferece um caminho promissor para interpretá-las e para estabelecer possíveis articulações. Apesar disso, ela fica um passo aquém de uma integração completa entre as duas teorias. Frente à lógica interna da teoria das lutas de classes marxista, ela não ousa violá-la. Ela não se pergunta se a divisão estrutural enfatizada por essa abordagem, isto é, aquela instituída pela propriedade privada dos meios de produção, o que fundamenta a relação de exploração e corresponde à

contradição entre o capital e o trabalho, poderia ser reinterpretada à luz de sua teoria. Resiste, assim, um muro entre as duas experiências: as lutas de classes e as lutas fronteiriças são essencialmente distintas.

Os trabalhos mais recentes de Burawoy (2014) sugerem uma possível afinidade entre as duas perspectivas. Muito embora ele não cite Fraser, assim como ela não cita o trabalho de Burawoy a não ser de passagem, ao analisar sucessivas ondas de “mercantilização” ele nota a prevalência histórica de “contradições” que poderiam ser comparadas às “contradições inter-reino” propostas por Fraser: a primeira onda é marcada pela contradição entre o capital e o trabalho; a segunda pela contradição entre o reino da produção e o reino da troca, o que levou a políticas protecionistas e keynesianas; e a terceira pela contradição entre a produção e a natureza, o que exigiria uma resposta global à crise ambiental. Mais do que isso, ele sugere a importância de processos não de “mercadorização”, mas também de “ex-mercadorização”, isto é, a exclusão de certas atividades (como aquelas associadas por Fraser à esfera “socio-reprodutiva”) do âmbito do mercado, o que leva à precarização. Surgiria, assim, o que ele chama de “políticas da exclusão”, o que poderia levar, nos termos de Fraser, a “lutas fronteiriças” acerca da definição de quais atividades são incluídas ou excluídas das proteções associadas ao trabalho organizado, ainda que uma articulação entre diferentes expressões de contestação seja politicamente difícil:

Os movimentos sociais contemporâneos, portanto, podem ser entendidos nos termos da criação da mercadoria fictícia por meio de diferentes formas de despossessão, por meio da redução da mercadoria fictícia a um objeto de troca que aniquila o seu papel costumeiramente aceito, e por meio de novas formas de desigualdade que a mercadorização produz. Qualquer um desses momentos pode se organizar na esfera política, mas a sua força motriz deriva da experiência da articulação desses diferentes processos de mercadorização. Mas a mercantilização envolve não apenas a mercadorização, mas também a ex-mercadorização, a expulsão de mercadorias potenciais do mercado. Seja o trabalho, o dinheiro, a natureza ou o conhecimento, a outra face da mercadorização são os rejeitos, que em si mesmos geram muitos protestos. Quando o trabalho não pode mais vender a sua força de trabalho, quando o dinheiro não é mais um valor de uso, quando a natureza é destruída, isso também motiva a reação coletiva. Não há uma relação particular entre um determinado movimento social e uma mercadoria fictícia específica, mas cada movimento é o produto da relação entre diferentes processos de mercadorização fictícia e de ex-mercadorização real, ambos resultados da expansão e

aprofundamento da mercantilização. Esta é uma teoria geral que insiste na particularidade dos movimentos sociais, o que faz qualquer tipo de unidade entre diferentes movimentos difícil de alcançar. (BURAWOY, 2017, p. 29)

Por fim, é conveniente destacar as reflexões recentes de Nancy Fraser (2017) em que a autora chama a atenção para uma dimensão dos conflitos sociais que, se havia sido reconhecida desde a contribuição original de Burawoy, pode ser relegada ao segundo plano. Segundo ela, a teoria do “duplo movimento” deixa pouco espaço para importantes movimentos pelo que ela chama de “emancipação”, o que ajudaria a explicar a insuficiência das lutas políticas associadas à proteção social:

Estou a pensar na extraordinária gama de movimentos emancipatórios que entraram em cena nos anos 60 e que se espalharam rapidamente pelo mundo nos anos que se seguiram: anti-racismo, anti-imperialismo, anti-guerra, a nova esquerda, o feminismo da segunda onda, a liberação LGBT, o multiculturalismo e assim por diante. Muitas vezes mais focados no reconhecimento do que na redistribuição, esses movimentos foram muito críticos às formas de proteção social institucionalizadas nos estados de bem-estar e desenvolvimento da era do pós-guerra.

Segundo ela, todos esses movimentos questionaram, historicamente, os limites da proteção social e sua “substância ética”. Se em Polanyi a oposição entre o mercado e a proteção social aparece como uma luta entre o “bem” e o “mal”, novos movimentos mostraram os limites da proteção e como ela é perpassada por diversas formas de dominação. Embora a proteção do Estado possa preservar as comunidades dos efeitos dos mercados, ela pode reforçar dominações que persistem dentro delas. Mais do que isso, o efeito destabilizador do mercado pode ser visto como uma oportunidade de superar hierarquias estabelecidas. Ela sugere, assim, que há um “terceiro elemento ausente”, a emancipação, que não se associa imediatamente nem à mercantilização, tampouco à proteção social, mas que compõe um “triplo movimento” que pode originar composições diversas.

## Referências

BURAWOY, Michael. For a sociological marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, 31, p. 93-168, 2003.

\_\_\_\_\_. "Social movements in the neoliberal age." In *Southern Resistance in Critical Perspective*, pp. 35-49. Routledge, 2017.

\_\_\_\_\_. Facing an unequal world. *Current Sociology*, v.63, n.1, 2014.

\_\_\_\_\_. From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labor Studies, *Global Labour Journal*, 1:2, p. 301-313, 2010.

\_\_\_\_\_. Marxism after Polanyi. In: WILLIAMS, Michelle; SATGAR, Vishwas. *Marxism in the 21th Century: Crisis, Critique and Struggle*. Johannesburg: Wits University, 2013.

CHIN, C.B.N; MITTELMAN, J.H. Conceptualizing Resistance to Globalization. In: MITTELMAN, J.H. (ed.). *The Globalization Syndrome: Transformation and Resistance*". Princeton: Princeton University Press, 2000.

FRASER, Nancy. A Triple Movement? Parsing the Politics of Crisis after Polanyi. In: *Beyond Neoliberalism: Social Analysis after 1989*. Palgrave Macmillan, 2017a.

\_\_\_\_\_. Marketization, Social Protection, Emancipation: Toward a Neo-Polanyian Conception of Capitalist Crisis, in: Calhoun, Craig/Derluguian, Georgi (eds.), *Business as Usual. The Roots of the Global Financial Meltdown*, New York/London: Social Science Research Council and New York University Press, 2011.

\_\_\_\_\_. Why Two Karls are Better than One: Integrating Polanyi and Marx in a Critical Theory of the Current Crisis. DFG-Kollegforscher\_innengruppe Postwachstumsgesellschaften, 2014.

HARVEY, David. "Globalization and the "spatial fix", 2001.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Beacon Press. Edição do Kindle. 2001.

WEBSTER, Edward. From Critical Sociology to Combat Sport? A Response to Michael Burawoy's „From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labour Studies" (GLJ 1.2). *Global Labour Journal*. 1:3, p. 384-387, 2010.